



CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Processo n.º 300.10.005/994

AQUISIÇÃO DE UM EMPILHADOR DE 3 TONELADAS

(Ajuste Direto Regime Geral - Alínea a) do Artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A de 29 de Dezembro)

O Presidente da Câmara

(Luís Virgílio de Sousa da Silveira)



Índice

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª Identificação do Procedimento e Objeto.....	3
Cláusula 2.ª Entidade Pública Contratante.....	3
Cláusula 3.ª Contrato.....	3
Cláusula 4.ª Local e Entrega do Bem.....	4
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
<i>Secção I Obrigações do Adjudicatário</i>	<i>5</i>
Cláusula 5.ª Tipificação da viatura a fornecer.....	5
Cláusula 6.ª Cessão de Posição Contratual.....	5
Cláusula 7.ª Conformidade e Operacionalidade do Bem	5
Cláusula 8.ª Defeitos e Discrepâncias.....	6
Cláusula 9.ª Aceitação do bem.....	6
Cláusula 10.ª Garantia Técnica	7
Cláusula 11.ª Objeto do Dever de Sigilo	8
Cláusula 12.ª Prazo do Dever de Sigilo.....	9
CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	9
Cláusula 14.ª Preço Base e Preço Contratual	9
Cláusula 15.ª Condições de Pagamento	10
CAPÍTULO IV CAUÇÃO	11
Cláusula 17.ª Caução.....	11
CAPÍTULO V RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	12
Cláusula 18.ª Foro Competente.....	12
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Cláusula 19.ª Celebração do Contrato	12
Cláusula 20.ª Comunicações e Notificações.....	12
Cláusula 21.ª Contagem dos Prazos	13
Cláusula 22.ª Legislação Aplicável.....	13
ANEXO I – Características e Especificações Técnicas.....	14



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Identificação do Procedimento e Objeto

1. Processo n.º 300.10.005/994, Ajuste Direto Regime Geral n.º 10/2023;
2. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, o qual tem por objeto a **aquisição de um empilhador de 3 toneladas**, nos termos e nas condições definidas nas cláusulas deste Caderno de Encargos;
3. Procedimento: Ajuste Direto Regime Geral, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro.
 - a) Admissibilidade da proposta: O concorrente terá de apresentar a sua proposta para todo o objeto do procedimento;
 - b) Propostas Variantes: Não é admitida proposta com variantes.

Cláusula 2.ª

Entidade Pública Contratante

Município de Velas, NIPC 512 075 506, sediado no Edifício dos Paços do Concelho, na Rua de São João (CP 9800-539), Velas, com endereço telefónico 295 412 214, endereço eletrónico hteixeira@cmvelas.pt

Cláusula 3.ª

Contrato

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos aprovado Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual e conjugado com o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de Dezembro, aplicável à Região.



2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, o contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do art.º 96.º do Código dos Contratos Públicos, e que fazem parte do contrato, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número;

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do art.º 101.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Local e Entrega do Bem

1. O contrato inicia-se com a assinatura do contrato, devendo o adjudicatário entregar o bem objeto do contrato nas condições descritas no Anexos I do Caderno de Encargos, no Armazém da Entidade Adjudicante, sito



em São Pedro, Freguesia e Concelho de Velas, **num prazo máximo de 30 (trinta) dias.**

2. Com a entrega do bem deverão ser fornecidos os manuais de utilizador e manutenção da máquina.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 5.ª

Tipificação da viatura a fornecer

Aquisição de um empilhador de 3 toneladas, com características equivalentes ao empilhador IC Diesel TOYOTA modelo 52-8FDF30S5.

Cláusula 6.ª

Cessão de Posição Contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização expressa da entidade adjudicante;
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente concurso.

Cláusula 7.ª

Conformidade e Operacionalidade do Bem

1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao Município de Velas o bem objeto do contrato, de acordo com as características e especificações técnicas previstas no anexo I do presente Caderno de Encargos.



2. O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina e dotado de todos os meios materiais necessários à sua entrada em funcionamento.
3. Com a entrega do bem objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
4. É aplicável ao contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, o Decreto Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, que estabelece o regime de proteção dos consumidores na compra e venda de bens.
5. O adjudicatário é responsável perante o Município de Velas por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do procedimento que exista no momento em que lhe é entregue.

Cláusula 8.ª

Defeitos e Discrepâncias

1. No caso de existirem defeitos ou discrepâncias, do bem objeto do presente procedimento, designadamente no que respeita às características e especificações técnicas definidas no anexo I do presente Caderno de Encargos, o Município de Velas deve de informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo máximo de 10 (dez) dias seguidos a contar da data da comunicação referida, à sua substituição para garantir o cumprimento das especificações técnicas exigidas.

Cláusula 9.ª

Aceitação do bem

1. Após comprovada a operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nele não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características,



especificações técnicas definidas no anexo I ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da sua realização, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do Município de Velas.

2. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias do bem objeto do contrato com as exigências legais ou com as características e especificações técnicas previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que sejam detetados posteriormente.

Cláusula 10.ª

Garantia Técnica

- 1.** O adjudicatário garante o bem objeto do contrato, pelo prazo indicado na sua proposta, o qual não pode ser inferior a 3 (três) anos, conforme previsto no n.º 1, do artigo 12.º do Decreto Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro.
- 2.** Sem prejuízo do disposto no Decreto Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro o prazo previsto no número anterior rege-se a partir da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias, com exigências legais, e com as especificações técnicas definidas no anexo I do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
- 3.** Sem prejuízo do disposto no Decreto Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro a garantia prevista no n.º 1 abrange:
 - a)** O fornecimento ou integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b)** A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c)** A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d)** O fornecimento do bem ou das peças reparadas ou substituídas;



- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daquele bem ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local de entrega.
4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizados dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias.
5. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido no ponto anterior, o adjudicatário obriga-se a entregar bem de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.

Cláusula 11.ª

Objeto do Dever de Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Velas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 12.ª

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao final do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. O cocontratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável;
2. Quando solicitado, o cocontratante obriga-se a apresentar ao contraente público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 14.ª

Preço Base e Preço Contratual

1. O preço base de acordo com os n.ºs 1 e 3 do art.º 47.º do CCP, para o fornecimento objeto de contrato é de € 42.000,00€ (quarenta e dois mil euros);
2. Pelo fornecimento do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de



Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor (atualmente, de 16%), se este for legalmente devido;

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente da contratação de seguros, acondicionamento, transporte e entrega do bem objeto do presente procedimento, formação de operação e manutenção (2 horas), assim como do cumprimento de requisitos técnicos ou legais que se afigurem necessárias para o mesmo fim, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª

Condições de Pagamento

- 1.** A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção por este município das respetivas faturas.
- 2.** Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao montante indicado nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.
- 3.** As faturas devem conter as seguintes informações:
 - a)** Designação e endereço do prestador de serviços;
 - b)** Data e número da fatura;
 - c)** Referência e designação do procedimento;
 - d)** Preço antes e depois de todos os impostos;
 - e)** Taxa e valor do imposto sobre o valor acrescentado (IVA);
 - f)** Referência ao número de compromisso;
 - g)** Condições de Pagamento.



4. As faturas que não cumpram estas disposições podem ser devolvidas;
5. Os atrasos no pagamento das quantias referidas no n.º 1 determinam a aplicação de juros, nos termos legais;
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar;
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 3 da presente cláusula, as faturas serão pagas através de transferência bancária ou cheque.

Cláusula 16.ª

Faturação Eletrónica

Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, os cocontratantes, no âmbito da execução de contratos públicos, são obrigados a emitir faturas eletrónicas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO

Cláusula 17.ª

Caução

1. Não é exigível a prestação de caução nos termos do n.º 2, do artigo 88.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual versão e conjugado com o DLR n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
2. A entidade adjudicante pode, caso considere conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme o previsto no art.º 88.º, n.º 3 do mesmo diploma legal indicado no n.º anterior.



CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª

Celebração do Contrato

O contrato escrito para o presente concurso é obrigatório, sendo elaborado nos termos do disposto nos artigos 94.º e 96.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual versão.

Cláusula 20.ª

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Cláusula 21.ª

Contagem dos Prazos

À contagem dos prazos de acordo com o artigo 470.º do CCP e nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo são aplicáveis as seguintes regras:

- a)** O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades;
- b)** Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- c)** O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados;
- d)** Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados;
- e)** É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por 24 ou 48 horas;
- f)** O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte;
- g)** Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.

Cláusula 22.ª

Legislação Aplicável

O presente contrato é regulado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e, de forma supletiva, pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual.



ANEXO I – Características e Especificações Técnicas

1. Características:

- a. Capacidade de carga 3.000kg a 500mm do centro de carga;
- b. Motor Diesel;
- c. Cilindrada 3/1795 cm³ e 41kW de potência;
- d. Transmissão por conversor binário;
- e. Sensor de carga da direção hidráulica;
- f. Dimensões (comprimento x largura x altura): 2780x1240x2170mm (sem garfos e sem mastro);

2. Equipamento

- a. Luzes de trabalho LED à frente e atrás, besouro de marcha-atrás e pirilampo;
- b. Painel digital multifunções II incluído no sistema de autodiagnóstico;
- c. Banco de operador ORS ergonómico, com suspensão, cinto de segurança laranja, deteção do bloqueio de cinto ligado ao OPS, e apoios lombar e laterais;
- d. Manuseamento de cargas através de alavancas mecânicas convencionais;
- e. Alavanca de inversão de marcha na coluna de direção;
- f. Mastro – triplex FSV 4700 mm;
- g. Comando/Deslocamento lateral – sideshift integrado (mastro FSV/FSW);
- h. Garfo – Comprimento dos garfos 1100mm;
- i. Rodado – Rodado de trás pneumáticos e rodado da frente pneumático;
- j. Luzes – Pirilampo intermitente rebaixado;
- k. Opcionais incluídos – Pré filtro, espelho panorâmico, besouro de marcha atrás, ferramentas (set A);
- l. Solução de mobilidade – wallbox de entrada mais instalação trifásica.



3. Garantia:

- a. Garantia legal de 3 anos;
- b. Garantia comercial de 12 meses ou 2.000 horas de trabalho (de ambos os eventos o que ocorrer primeiro);